



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Territorialização da economia na Amazônia: cadeia produtiva de castanha-do-Pará na Bâ-y Cooperativa Kayapó no Sul do Pará

Marla Rúbia Ribeiro Barbosa

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Bolsista do Laboratório de Contas Regionais da Amazônia (LACAM)
do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR)

Rafael Gonçalves Gumiero

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Professor adjunto do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR)

Sessão Temática 2: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

Resumo: Neste trabalho foram apresentados três planos de ordenamento territorial para a Amazônia correspondentes ao estudo denominado Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal, o Plano da Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV). Nestes planos e estudo foram destacados obstáculos que impediram a sua implementação nos territórios na Amazônia. Em contrapartida, é posicionado o Fundo Amazônia como um importante instrumento que colaborou para a implementação de dinâmicas territoriais concernentes a bioeconomia praticada pela Cooperativa CooBâ-Y implementada pela Associação Floresta Protegida para o fortalecimento das práticas econômicas na TI Kayapó. O objeto deste trabalho é análise da associação de extração de castanhas fomentada na Bâ-y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã (CooBâ-Y) buscando cotejar a metodologia de ordenamento territorial, no qual conciliou as especificidades territoriais da comunidade indígena com a atividade produtiva balizada pela conservação e extração da floresta amazônica.

Palavras-chave. Ordenamento territorial; bioeconomia; TI Kayapó; Cooperativa CooBâ-Y; participação popular.

Territorialization of the economy in the Amazon: Brazil nut production chain at Bâ-y Cooperativa Kayapó in southern Pará

Abstract. In this work, three land use plans for the Amazon were presented corresponding to the study called Detailing of the methodology for carrying out the ecological-economic zoning by the states of the Legal Amazon, the Sustainable Amazon Plan (PAS), the Green Recovery Plan for the Legal Amazon (PRV). In these plans and studies, obstacles were highlighted that prevented their implementation in territories in the Amazon. On the other hand, the Amazon Fund is positioned as an important instrument that collaborated for the implementation of territorial dynamics concerning the bioeconomy practiced by the Cooperativa CooBâ-Y implemented by the Associação Floresta Protegida to strengthen economic practices in the Kayapó TI. The object of this work is the analysis of the chestnut extraction association fostered in the Bâ-y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã (CooBâ-Y) seeking to compare the methodology of territorial planning, in which it reconciled the territorial specificities of the indigenous community with the activity production buoyed by the conservation and extraction of the Amazon Forest.

Keywords: Land use planning; bioeconomy; TI Kayapó; CooBâ-Y cooperative; popular participation.

Territorialización de la economía en la Amazonía: cadena productiva de castaña en Bâ-y Cooperativa Kayapó en el sur de Pará

Resumen. En este trabajo se presentaron tres planes de ordenamiento territorial para la Amazonía correspondientes al estudio denominado Detallamiento de la metodología para la realización de la zonificación ecológico-económica por parte de los estados de la Amazonía Legal, el Plan Amazonía Sostenible (PAS), el Plan de Recuperación Verde

para la Amazonía Legal (PRV). En estos planes y estudios se destacaron obstáculos que impedían su implementación en territorios amazónicos. Por otro lado, el Fondo Amazonía se posiciona como un importante instrumento que colaboró para la implementación de dinámicas territoriales sobre bioeconomía practicadas por la Cooperativa CooBâ-Y implementada por la Associação Floresta Protegida para fortalecer las prácticas económicas en la TI Kayapó. El objeto de este trabajo es el análisis de la asociación de extracción de castaña fomentada en la Bâ-y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã (CooBâ-Y) buscando comparar la metodología de planificación territorial, en la que reconcilió las especificidades territoriales de los comunidad indígena con la actividad productiva impulsada por la conservación y extracción de la selva amazónica.

Palabras clave: La planificación del uso del suelo; bioeconomía; TI Kayapó; cooperativa CooBâ-Y; participación popular.

1. **Introdução: apresentação de um problema estrutural na Amazônia**

O livro História das políticas regionais no Brasil publicado em 2020, e com autoria de Rodrigo Portugal e Simone Affonso, possui fundamental interpretação sobre a alteração da trajetória das políticas regionais, do período desenvolvimentista 1930-1989, para o período de políticas neoliberais 1990 a 2002, e posteriormente nas gestões presidenciais do Partido dos Trabalhadores, de 2003 até 2016.

Nessa seara é possível compreender que as desigualdades regionais foram propaladas pelos efeitos determinantes formação econômico, política e social no Brasil pelo processo de colonização. A revisão das características das desigualdades regionais perpassa por um balanço analítico de fundo perpassando pelos efeitos incididos pelas políticas regionais nos anos 1966 até 1989, orientadas pelo desenvolvimento setorial e vinculada a hierarquização geoespacial das indústrias em pontos focais no Brasil e a ampliação das forças produtivas pelas atividades agropecuárias, no sentido dos municípios metropolitanos para o interior do Brasil.

Monteiro e Coelho (2008) destacam o protagonismo do Estado na constituição de projetos na Amazônia e, dentro deste escopo, apresentam o caso da mineração no Pará, por intermédio dos planos e programas setoriais de desenvolvimento para gestão de polos produtivos vinculados à economia nacional e principalmente ao exterior. O Estado adotou como formatação de incentivos fiscais e creditícios a polarização nos polos produtivos, destacando a participação dele no fomento ao Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, considerado o epicentro de um empreendimento que articulou com o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte, a Alumar e a Usina de Tucuruí. A gestão do PGC foi nuclear no município de Parauapebas, pela extração de minério de ferro da Serra dos Carajás, assumida em 1977 pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A infraestrutura articulada à base de extração da mineração permitiu interligar a Serra dos Carajás por meio da Estrada de Ferro Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. A base de recursos financeiros que foram investidos nesse projeto adveio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor).

Nos anos 2003 tivemos a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e os seus planos macrorregionais e sub-regionais direcionados para as regiões priorizadas pela política referida. Na Amazônia foram formulados o Plano Amazônia Sustentável (PAS), Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Arquipélago de Marajó, o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da rodovia BR-163 (Plano Cuiabá-Santarém Sustentável). O arranjo institucional dessas políticas públicas perpassou pela multiescalariedade do planejamento, buscando afinar e otimizar as ações desde a escala nacional, perpassando pela regional para a das unidades federativas e finalmente para as dos territórios.

As intencionalidades das capacidades estatais estavam direcionadas para estabelecer diretrizes para fortalecer o arranjo projeto nacional de desenvolvimento regional para os territórios,

porém, a implementação da política e dos planos supracitados pouco avançou no que se refere a dar especificidades às territorialidades proporcionadas pela diversidade e pluralidades das atividades econômicas das comunidades tradicionais e indígenas da região da Amazônia.

Neste trabalho foram apresentadas as metodologias de ordenamento territorial e as lacunas deixadas pela seriação de três planos para Amazônia organizados pelo Estado e implementados desde 1990 até 2021, o estudo denominado Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal, o Plano da Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV). Esse combo é analisado comparativamente com as dinâmicas territoriais estabelecidas a partir do conceito de bioeconomia praticada pela Cooperativa CooBâ-Y implementada pela Associação Floresta Protegida para o fortalecimento das práticas econômicas na TI Kayapó, fundamentadas em práticas de conservação da floresta e cooperação para manter a bioeconomia fundamentada nas práticas das comunidades indígenas

Com base nesta proposta este trabalho apresentou como objeto de análise a associação de extração de castanhas fomentada na Bâ-y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã (CooBâ-Y) buscando cotejar a metodologia de ordenamento territorial, no qual conciliou as especificidades territoriais da comunidade indígena com a atividade produtiva balizada pela conservação e extração da floresta amazônica.

Os documentos consultados para realizar a análise foram Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal, de 1996, Plano da Amazônia Sustentável (PAS), de 2008, Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV), de 2021. Os dados referentes as produções de castanha foram organizadas pela Associação Floresta Protegida, consultado no Relatório Trimestral de Atividades (Setembro-Dezembro/2018) e no Balanço de Gestão CooBâ-Y, de 2019.

O artigo está dividido além da introdução e considerações finais, em três tópicos. O primeiro é a respeito do balanço das ações proposta pelos documentos Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal, o PAS e o PRV. O segundo tópico apresenta o debate acerca da avaliação da PAS e dos planos regionais aplicados na Amazônia, buscando apresentar o enfoque em atividades econômicas que se baseiam na bioeconomia. O último tópico tratou do caso de análise verificado pela Bâ-y Cooperativa Kayapó, referente a extração na floresta amazônica e comercialização da castanha.

2. *Escalas, vetores e eixos para o planejamento na Amazônia*

Ao longo dos anos 1966 até 2020, houve importantes avanços nas metodologias que compuseram o rol de planejamento para regiões, sub-regiões e territórios, que não pode ser menosprezado. Vide o caso dos avanços relacionados aos estudos de Becker e Egler (1996) no documento “Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal”, referente ao ordenamento a partir das especificidades locais e regionais da Amazônia e a necessidade de pautar outras dimensões analíticas, além da econômica, como a do meio ambiente e do social.

Segundo Becker e Egler (1996) as áreas que constituem as unidades territoriais básicas para seleção da Zonas Ecológicas Econômicas (ZEEs) são determinadas pelo diagnóstico ambiental da área selecionada equacionada pela interação sociedade e natureza. A determinação das unidades territoriais básicas é formada pelos atributos ambientais e pelos vínculos dinâmicos que a articulam com uma rede integrada de outras unidades territoriais. As ZEEs devem estar classificadas de acordo com uma tipologia formada pelas bacias hidrográficas, municípios, unidades de paisagem e regiões geoeconômicas.

A importância do zoneamento é direcionada para um instrumento para o desenvolvimento sustentável, no qual prevê a definição de ZEE pelos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), proporcionando o estabelecimento de relações espaciais com as informações temáticas georreferenciadas. A institucionalização de uma ZEE perpassa pela fundamentação de uma legislação, acompanhada por um modelo de gestão de território que assegure por meio da participação popular dos atores a capacidade de cumprir agendas condizentes com o território, e a capacitação da equipe técnica para implementar e gerir o ZEE (BECKER e EGLER, 1996).

Os programas implementados para Amazônia nas décadas anteriores, a de 2000, foram balizadas pela concepção de desenvolvimento próximo a de ocupação do território via atividades econômicas, o que esquivou da ideia de planejamento para o desenvolvimento amazônico dentro de uma racionalidade ambiental e de equidade da diversidade territorial (CARLEIAL e CRUZ, 2012).

As políticas implementadas a partir das gestões de Lula, 2003 a 2010, Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram derivadas da percepção de variáveis sociais e ambientais marginalizadas pelos programas anteriores e possuem como ponto de partida o diagnóstico da região, resultado das ações do Estado que privilegiou somente um estrato social da população, os empresários e o capital financeiro.

O governo federal instituiu em 2003 o documento Amazônia Sustentável – Diretrizes e Prioridades, que partiu do diagnóstico das imensas desigualdades regionais do Brasil e a necessidade de implementação de um novo modelo de racionalidade para o desenvolvimento da Amazônia. As intencionalidades do Ministério do Meio Ambiente impressas no Plano da Amazônia Sustentável foram balizadas pela análise da regionalização da Amazônia e a apresentação dos eixos de atuação combinado com a análise das metas e objetivos em cada eixo de atuação do plano institucional.

As diretrizes estratégicas para promoção do desenvolvimento da Amazônia brasileira, estão organizadas em quatro eixos temáticos. São eles: (i) Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, (ii) Produção Sustentável com Inovação e Competitividade, (iii) Infraestrutura para o Desenvolvimento e (iv) Inclusão Social e Cidadania (BRASIL-PAS, 2008).

Quadro 1 – Eixos do PAS para o desenvolvimento da Amazônia

	Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental
Meta do eixo	A organização territorial contempla a distribuição populacional, as atividades produtivas, a delimitação dos territórios indígenas e de povos tradicionais, e áreas de conservação no território. Na Amazônia a problemática dos conflitos sociais tem dado a tônica das disputas de terras.
Objetivos do eixo	Combater o desmatamento ilegal; Conservar ecossistemas originais e uso sustentável de recursos naturais; Promover a ocupação territorial por meio da governabilidade e uso de recursos naturais; Conceder direitos às demandas dos povos e comunidades tradicionais ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, cuja representatividade deve ser expressada por direitos para integração cultural; Integrar as iniciativas de ordenamento e planejamento territorial, nos níveis local e regional com outros instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia (Fundo Amazônia, Agenda 2030); Formulação de instrumentos de ordenamento fundiário e resolução dos conflitos sociais e pressão sobre os recursos naturais da Amazônia.
	Produção sustentável com inovação e competitividade

Meta do eixo	Propôs formular diretrizes que combinem instrumentos para transformação das bases produtivas da Região Amazônica e o uso sustentável dos recursos naturais, para redução das desigualdades sociais e regionais.
Objetivos do eixo	Estruturar cadeias produtivas; a geração de tecnologias inovadoras; biodiversidade e conhecimentos das populações tradicionais; a produção familiar e comunitária; a manutenção de serviços ambientais prestados pelos biomas existentes na Amazônia Legal; a cooperação e a integração econômica entre os entes federativos da região e entre os países integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica.
Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável	
Meta do eixo	Planejamento da infraestrutura para transformação e modernização da estrutura produtiva regional
Objetivos do eixo	Ampliação e a modernização da infraestrutura regional; planejamento estratégico nos setores de infraestrutura, incorporando análises dos custos e benefícios sociais, econômicos e ambientais dos empreendimentos; implementar ações preventivas e mitigadoras de impactos sociais e ambientais negativos, nas áreas de influência direta e indireta de obras de infraestrutura; a alocação de investimentos em regiões consolidadas ou em processo de consolidação; aumentar a cooperação com países amazônicos vizinhos, no caso de obras com potenciais impactos que extrapolem as fronteiras nacionais; aprimorar mecanismos de transparência e participação social na tomada de decisões.
Inclusão social e cidadania	
Meta do eixo	democratização da igualdade das populações amazônicas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, previdência e assistência social, cultura e gênero.
Objetivos do eixo	<p>Educação - ações estão direcionadas a diversos níveis e modalidades de formação: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), superior, profissional e tecnológica, do campo, indígena, ambiental, especial e a alfabetização, e Educação de Jovens e Adultos (EJA);</p> <p>Saúde - Ministério da Saúde lançou o Plano de Qualificação da Atenção à Saúde na Amazônia Legal (Plano Saúde Amazônia), com o objetivo de “promover a construção e implementação de projetos e ações integradas;</p> <p>Serviços de saneamento básico na Região Amazônica, levando em conta as especificidades das áreas urbanas e rurais;</p> <p>Segurança pública - De forma articulada à Política Nacional de Segurança Pública;</p> <p>Assistência Social - fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (Suas), articulação entre programas de assistência social e iniciativas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, ações integradas em seguridade social e geração de renda em terras indígenas e comunidades de populações tradicionais;</p> <p>Valorização da diversidade cultural - valorizar as identidades e as expressões culturais dos povos da Amazônia, programas de pesquisa e de preservação do patrimônio histórico e cultural, regionalizado sobre a diversidade cultural nos programas de ensino, em todos os níveis de formação;</p>

Políticas de igualdade de gênero - enfrentamento das desigualdades de gênero e a construção de relações mais igualitárias e solidárias entre mulheres e homens constitui uma diretriz transversal que deve permear as ações das mais diversas áreas temáticas.
--

Fonte: MMA (2008). Elaborado pelos autores.

Relacionado aos objetivos e metas do eixo Ordenamento territorial e Gestão do Meio Ambiente do PAS, o Fundo Amazônia pode ser considerado um instrumento de governança territorial. A sua fundação ocorreu pela cooperação internacional entre os governos do Brasil e da Noruega, em 2008. A cooperação entre ambos países previram a concessão de recursos financeiros pela Noruega para a preservação da floresta na Amazônia, priorizando projetos com as comunidades locais para evitar o desmatamento e uso inapropriado pela destruição do meio ambiente da terra (BNDES 2019).

O Fundo Amazônia foi paralisado em 2019, sob a gestão do ministro do Meio Ambiente Salles, no governo Bolsonaro 2019-2022, ao desarticular os instrumentos de monitoramento e fiscalização do referido fundo, com destituição do Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) responsável pela Certificação das Emissões Evitadas, e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) responsável pela designação de normativas que permite a execução dos recursos financeiros do Fundo Amazônia (BNDES 2019).

O Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV) foi formulado por uma coalizão interestadual entre os governadores da Amazônia Legal, abrangendo os estados que fazem parte desta região em combinação com parceiros internacionais e das organizações da sociedade civil e das comunidades locais no Brasil. O referido plano partiu do conceito de economia verde que está embasada pela relação preservação do meio ambiente com menor incidência de emissão de gás carbono com equidade social, aliado à inserção das comunidades no uso eficiente dos recursos da floresta, coibindo para redução da exploração do desmatamento da floresta. O termo bioeconomia é utilizado como subsídios orientadores deste plano e preconiza a valorização cultural das formas tradicionais de produção de bens no acervo natural das florestas, identificados como potencialidades que podem ser associadas com a utilização das inovações científicas e tecnológicas, gestando a interação sustentável entre o setor primário e a industrial. Temos subsídios de diretrizes e planos que miraram a sustentabilidade do meio ambiente elaborados por órgãos supranacionais, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2021 (RIO +20) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (PRV, 2021).

Sua operacionalização gera perspectivas de ganhos em vários setores (agropecuária, indústria química e farmacêutica, atividades extrativas, energia, pesca e aqui- cultura, entre outros) na medida em que consolida formas de produção menos dependentes de fontes não renováveis de energia, reduz o impacto ambiental das emissões de carbono e eleva a segurança alimentar, social e econômica das comunidades por meio da preservação e da criação de empregos e de produtos mais competitivos (PRV, 2021, p. 24).

Os objetivos da PRV abrangem perspectivas macro das ações para os territórios no qual dialogam diretamente com a redução do desmatamento e preservação ambiental. São nos eixos que esses objetivos gerais são desdobrados em ações mais específicas, buscando dar enfoque aos projetos para os territórios.

Quadro 2 – Objetivos e eixos do PRV para Amazônia

Objetivos	Eixos	Projetos
Reduzir o desmatamento ilegal até 2030;	Freio ao desmatamento ilegal	Fortalecer medidas de monitoramento do desmatamento ilegal;

		<p>Recomposição florestal em áreas prioritárias;</p> <p>Pagamento por Serviços Ambientais (PSAs) relacionados no Código Ambiental;</p> <p>Regularização fundiária e ambiental.</p>
<p>Democratização da infraestrutura básica à população, especificamente para as desigualdades por renda, raça e gênero;</p>	<p>Desenvolvimento Produtivo Sustentável</p>	<p>As bases que sustentam os projetos são relacionados a geração de renda aos pequenos produtores com ênfase nas cooperativas de produtos ligados a bioeconomia, piscicultura, turismo ecológico, agroecologia. E, a contenção de emissão de carbono com as atividades como mineração, pecuária.</p>
<p>Ampliação do uso da floresta pela geração de empregos para inclusão de renda da população e circulação de mercadorias geradas pelo extrativismo sustentável;</p>	<p>Tecnologia verde e capacitação</p>	<p>A formação de capacitação da população com ênfase em Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na área de biotecnologia, parcerias entre universidades e institutos de pesquisa na áreas de biotecnologia e tecnologia verde e desenvolvimento de pesquisas em saúde.</p>
<p>Inserção da tecnologia como intermediador para geração e potencialização da economia verde, aliada às dinâmicas territoriais.</p>	<p>Infraestrutura verde</p>	<p>Necessidade de infraestrutura básica como saneamento básico, mobilidade urbana, habitação social, até ampliação da inclusão digital, energia renovável.</p>

Fonte: PRV (2021). Elaboração dos autores.

O meio de captação de recursos financeiros será o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), do qual será responsável os estados do Amapá e do Maranhão, representados pelos presidentes do Consórcio, nos anos 2019-2020, governador Antônio Waldez Góes e o governador Flávio Dino. A governança do mecanismo é gestada pela combinação do Conselho Deliberativo formado pelos governadores dos estados membros, pelo Conselho Gestor, formado por três representantes da sociedade civil e três membros da Academia, o Comitê de Implementação é formado por formado por três representantes da sociedade civil e três membros da Academia, a Gestão Financeiro formada por seis representantes da sociedade civil e o Executivo com seis representantes da Academia (PRV, 2021).

3. Capacidades territoriais: lições apreendidas pós experimentos de metodologias para o ZEE, PAS, PRV na Amazônia

Monteiro (2022) realizou uma análise das políticas regionais aplicadas na Amazônia, especificamente o PAS e o Plano de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. A sua contribuição para o campo das políticas regionais foi identificar inconsistências na inadequação no tratamento dessas políticas à sua aplicação na dimensão territorial, devido a pluralidade de sujeitos, capacidades e possibilidades de inovações endógenas.

A primeira crítica apontada por Monteiro (2022) é em relação da compreensão de que o território por si só é suficiente para tecer alternativas e procedimentos que efetivem o processo de

desenvolvimento territorial. Essa crítica é posicionada pelo subvalorização de instituições e de agentes, que possibilitem compreender que os territórios não devem ser organizados de forma isolada, sem a concatenação às estratégias de desenvolvimento nacional para as regiões.

A segunda crítica do autor supracitado foi em relação a transferência e correspondência de aprendizagem e da inovação do nacional para o regional. Essa crítica está relacionada as limitações impostas pelo modelo de geração de impulsos endógenos para o desenvolvimento. A crítica seguinte advém da diferenciação da racionalidade que resultam na disputa e concorrência entre padrões e trajetórias de inovação nos setores econômicos. Os padrões de exigências industriais e capitalistas passam a ser posicionados como prioritários em relação ao uso particular dos biomas pelas populações (MONTEIRO, 2022).

A última crítica do autor referido advém da inconsistência da orientação de planos corporativos para o desenvolvimento territorial, no qual findam no planejamento estatal priorizando as corporações empresariais, representantes da extração de minérios, implantação e expansão das siderurgias. As empresas que estão balizando os planos e arranjos institucionais não proporcionam diversificação nos processos produtivos (MONTEIRO, 2022).

Por fim, Monteiro (2022) aponta que há forte dependência nas trajetórias tecnológicas alinhavadas a dependência de insumos químicos e mecânicos de origem extrarregional. Dessa forma, as inovações sejam na vereda de fármacos e de maquinária estão concentradas nos centros que são capacitados pelas inovações dos insumos químicos. As estratégias do MacroZEE não priorizaram a geração de inovações tecnológicas, de modo que houve perda do peso da produção camponesa no agrário amazônico e a ampliação crescente da pecuária bovina, limitando o espaço de atuação da diversificação da agropecuária, do extrativismo, dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura familiar.

Na percepção de Silva et. al (2022) a economia da região da Amazônia congrega importantes elementos que permitem denominá-la como diversificada, balizada pela organização espacial dos agentes econômicos, considerando cooperativas, associações relacionadas à biodiversidade, com ênfase específico aos produtos baseados no açaí, no cacau e a navegação de pequena escala. A base de dados referente a ocupação no mercado de trabalho não considera a informalidade, apreciada na Amazônia pela ocupação de trabalhadores no manejo, coleta, pesca, processamento e comercialização de produtos de origem vegetal na biodiversidade regional.

Os autores Silva et. al (2022) qualificam a economia da biodiversidade amazônica como única dada a condição que se balizou a organização social por intermédio dos assentamentos humanos, dos quais antecederam a colonização europeia, fundamentados pelas formas de manejos das espécies e sofisticação de hábitos relacionados a biodiversidade em sua essência. Os assentamentos baseados no manejo da biodiversidade de produtos extraídos das florestas dos trópicos úmidos possibilitaram a gestação de mercados regionais de consumo. O desafio está em ajustar essas dinâmicas específicas a normas institucionais, técnicos e espaciais.

Silva et. al (2022) apresenta três manejos que estão interligados com a biodiversidade. O intuito é apresentar como o manejo de economia de circuito inferior (SANTOS, 2008) estabeleceu importantes correlações com o espaço em que está inserida. O açaí é um dos produtos mais consumidos e dinâmicos da economia paraense, no qual possui forte intersecção com o protagonismo de agentes locais, representados na condição de MEIs a partir de 2010. O crescimento populacional de Belém nos anos 1970 e 1980 conjugados com a intensificação do consumo da polpa de açaí, concomitantemente com a inserção de novas modalidades de comercialização do açaí na forma de polpa de fruta ampliou o escoamento do produto para redes de supermercados e restaurantes de grande escala.

A economia do cacau apresenta duas grandes trajetórias produtivas distintas, sendo a primeira relacionada ao extrativismo das missões religiosas do século XVIII e do manejo dos

camponeses para o desenvolvimento desta cultura. A segunda trajetória se refere a implantação de projetos do governo federal nos anos 1970 no Sudoeste do Pará direcionados para a colonização dirigida, dos quais vinculou a produção de cacau às técnicas de revolução verde e a instrumentalização mecânico químico. Na economia do cacau prepondera a forma de organização empresarial em MEIs acompanhada pela de Sociedade Empresária Limitada e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. O maior percentual de fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolate estão localizados em municípios de porte médio e em metrópoles, como Belém, Manaus e Cuiabá (SILVA et al., 2022).

A economia de navegação de pequena escala apresenta como tipologia de embarcações: Pesqueiros, Carga Geral e Passageiro/Carga Geral representado por 47,2% nos estados do Pará, Amazonas e Amapá; e a tipologia de Passageiro e Passageiro/Carga Geral representado por 96% nos estados do Pará, Amazonas e Amapá. A distribuição espacial das MEIs corresponde por 67,5% total das empresas e estão localizadas no entorno dos espaços urbanos de Manaus, Belém, Santarém e Porto Velho. De modo que segue um padrão semelhante ao apresentado pelas economias do açaí e do cacau, próximos aos núcleos urbanos das áreas metropolitanas (SILVA et al., 2022, p. 11).

No próximo tópico será evidenciado o caso da castanha, do qual está localizada no Sul do Pará, se diferenciando em termos espacial e dos impactos gerados para as comunidades indígenas nas terras indígenas (TI) Kayapó, em relação das atividades da bioeconomia localizada próximas aos centros metropolitanos das cidades amazônicas.

4. *Nível organizacional da cadeia produtiva de castanha-do-pará na Bã-y Cooperativa Kayapó de produtos da floresta de Tucumã (CooBã-Y) no sul do Pará.*

Como enunciado em tópicos anteriores deste trabalho, o Fundo Amazônia pode ser posicionado como instrumento estratégico para a implementação de ações que visem fundamentar projetos relacionados com a bioeconomia e as diretrizes do PAS. Neste caso em específico o projeto financiado pelo Fundo Amazônia foi o Fundo Kayapó e Conservação em Terra Indígenas, gestado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e atuante no eixo de Ordenamento Territorial e Produção Sustentável em terras indígenas. As comunidades indígenas beneficiadas foram a Kayapó, objeto desta análise, em conjunto com a Menkragnoti, Bau, Capoto-Jarina e Badjonkorê. O projeto Fundo Kayapó foi orientado para as comunidades indígenas da TI Kayapó com o objetivo de estimular projetos de atividades produtivas sustentáveis com enfoque na conservação da biodiversidade (Fundo Amazônia. Consultado em <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/e128933c-c4a5-11e7-92f3-0242ac11002b#>).

O Fundo Kayapó sediou quatro editais para a realização dos projetos destinados a TI Kayapó, sendo o primeiro vinculado a compra de equipamentos e contratação de recursos humanos. O segundo edital foi direcionado para ações de monitoramento territorial e o terceiro edital fortaleceu as ações de gestão ambiental com prioridade para a inserção da participação de representantes Kayapó em processos decisórios vinculados aos projetos destinados as comunidades indígenas. Por fim, o quarto edital deu continuidade aos objetivos dos editais anteriores. Ao final destes editais referentes aos anos de 2015 até 2020 foram desembolsados o valor de R\$ 16.9000 milhões desde o primeiro até o quarto edital. As atividades produtivas financiadas foram relacionadas ao ordenamento territorial com base nas atividades responsáveis pelo manejo da floresta e da terra, como os produtos do cumaru, a da castanha-do-pará, pequi e copaíba, além do artesanato. As organizações parceiras foram importantes para elaboração de estratégias para enfrentamento das oscilações entre as safras e dos valores de mercados, sendo representadas pela Associação Floresta Protegida, Instituto Raoni e Instituto Kabu (Fundo Amazônia. Neste aspecto que destacamos a importância da Cooperativa CooBã-Y implementada pela Associação Floresta Protegida para o fortalecimento das práticas econômicas na TI Kayapó fundamentadas em práticas de conservação da floresta e cooperação para manter a bioeconomia

fundamentada nas práticas das comunidades indígenas. Consultado em <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/e128933c-c4a5-11e7-92f3-0242ac11002b#>)

O enfoque de análise deste trabalho é a cooperativa CooBâ-Y, que está localizada no município de Tucumã, no sul do Pará. A cooperativa foi instituída pela Associação Floresta Protegida (AFP), em 2002, objetivando a proteção de territórios e a viabilização do acesso dos Mebêngôkre ao mercado justo de produtos oriundos do extrativismo realizado pelas comunidades indígenas, para que elas possam monitorar áreas mais distantes de suas aldeias, tendo assim geração de renda, autonomia e proteção territorial.

A cooperativa CooBâ-Y media e facilita a relação dos Mebêngôkre com a sociedade, por meio de captação e gestão de recursos que serão destinados para projetos organizacionais, de divulgação e da cultura Mebêngôkre. Na busca pela potencialização da autonomia desses povos a CooBâ-Y e AFP, através do Plano Básico Ambiental Onça Puma lançado pela mineradora Vale para a mitigação de impactos socioambientais causados pela exploração de jazidas minerais, foi elaborado um planejamento para o apoio da cadeia produtiva da Castanha-do-Pará nas Terras Indígenas Kayapó (TIK).

A caracterização da atividade de extração de castanhas ocorre pela compra nas aldeias Kayapó. As atividades ocorrem na TIK, região sul do Pará, nos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e São Felix do Xingu, mais precisamente nos rios Xingu, Fresco e Riozinho, nos períodos de dezembro a março. Nessa região a safra da castanha inicia no mês de novembro, quando os ouriços começam a cair das copas das árvores. De acordo com Ribeiro (2011), a coleta da castanha feita pelos Kayapó tem caráter familiar e é realizada por homens e mulheres em grupos.

Do montante coletado uma fração dele se destina para alimentação das famílias e o restante para venda, e o escoamento é feito por embarcações até os pontos de comercialização. Como esse deslocamento pode ser caro para algumas comunidades, foi necessária a criação de locais de apoio à comercialização da castanha, o que incentivou um maior fluxo de indígenas na terra indígena, desde as aldeias aos castanhais, e então para os pontos de apoio. A definição desses locais foi feita no intuito de aproximar a CooBâ-Y e AFP das aldeias que são coletoras garantindo assim a compra da castanha, apoio logístico e a atuação de atravessadores em outros pontos de venda (AFP, 2019).

A logística para o apoio na produção é organizada estrategicamente em quatro pontos fixos e um itinerante, e eles se delinham de acordo com a dinâmica do conjunto de aldeias. Os pontos fixos são (Figura 1): sede da cooperativa e AFP em Tucumã, caracterizada por ter pouco fluxo comercial; porto do P9, fruto de parceria feita com agricultores locais que realizou a mensuração e compra de grupos coletores das aldeias próximas; sede da Cooperativa Mista de Pequenos Produtores do Alto Xingu, em São Felix do Xingu; Krayry, localizado no Riozinho, para comercialização da castanha das aldeias acima da cachoeira (AFP, 2019).

Figura 1 - Monitoramento Territorial e Atividade Produtiva da Castanha na Terra Indígena Kayapó

A sede da empresa Rei das Castanhas tem sede em Brasília-DF, e tem atuação no mercado de produtos naturais por meio da industrialização da Castanha-do-Pará e outros produtos florestais não madeireiros. A empresa é referência nacional por seus ótimos índices em relação aos rendimentos no beneficiamento da castanha, e por causa da sua estratégica localização (AFP, 2019).

A etapa de comercialização de vendas da Castanha-do-Pará ocorre em duas modalidades, as vendas da castanha in natura e de castanhas beneficiadas. Para a castanha in natura as vendas ocorrem na modalidade atacado, para um único comprador local. As demais vendas feitas por varejo são consideradas irrísórias quando comparadas a quantidade total vendida em hectolitros (unidade utilizada para mensuração da compra e venda de castanha). As vendas de castanhas beneficiadas ocorrem com castanhas beneficiadas partidas, devido ao tempo que leva para industrialização das castanhas, depois de beneficiadas elas começam a ser comercializadas a partir do mês de junho, e se estendem até o fim de novembro. As castanhas beneficiadas partidas, geralmente são vendidas em modalidade de varejo, e foram feitas para a cooperativa Cooperativa Central do Cerrado LTDA, de Brasília-DF. E, pelas vendas de castanhas beneficiadas inteiras (embalagem de 20 kg) (AFP, 2019).

As vendas de castanhas beneficiadas inteiras (embalagens de 150 gramas) referente as amêndoas inteiras começam a ser vendidas a partir do mês de março e as vendas vão até novembro, assim com as amêndoas partidas. Essas vendas também são feitas na modalidade de varejo, e embora sejam realizadas de forma menos expressiva, elas permanecem frequentes e mensais, e quando são agrupadas alcançam a segunda maior frente de vendas da cooperativa. Essas amêndoas também têm a comercialização iniciada em março e vai até o fim de novembro, em modalidade de varejo. O diferencial desse produto é a presença do selo “Origens do Brasil”, que proporciona transparência através da conscientização sobre a origem do produto comercializado, e através dessa transparência ocorre a atração de novos clientes que se interessem por parceiros que possuem uma cadeia extrativista sustentável (AFP, 2019).

A última etapa são as remessas enviadas para prospecção. A prospecção trata-se de uma ação que consiste no envio de amostras para possíveis novos compradores de quantidades maiores, permitindo a divulgação do produto. Como a cooperativa compra altas quantidades de castanha dos Mëbêngôkre, e as vezes enfrenta problemas com números baixos de vendas no decorrer do ano, a promoção de estratégias para a conquista de novos clientes, bem como a divulgação de sua marca se faz necessária (AFP, 2019).

Os resultados obtidos junto as etapas de extração e comercialização de castanhas e o monitoramento nas TIK estão relacionados aos períodos de safra, pontos de coleta de castanha (denominados pelos Mëbêngôkre de Pi'y kô) são frequentemente ocupados. Esses Pi'y kô, são aglomerados de castanheiras que ficam em áreas de floresta densa, e os Mëbêngôkre visitam essas áreas enquanto caírem ouriços. Com o quantitativo de castanhais explorados por safra, já se cria visibilidade para o monitoramento e proteção pelos próprios Mëbêngôkre, já que muitos desses castanhais estão a quilômetros de distância das aldeias, ficando praticamente nos limites da TIK. Então, a exploração da castanha desempenha uma função importante, impedindo e repelindo a prática de atividades ilícitas e predatórias (AFP, 2019).

Alguns castanhais mais antigos podem ter acesso mais dificultoso, pois estão localizados em trilhas que não recebem manutenção, e são, em sua maioria, de conhecimento dos indígenas mais velhos, que podem se encontrar impossibilitados de acompanhar os grupos coletores. Os Mëbêngôkre já apresentaram demandas para o mapeamento de áreas de castanhais menos exploradas, e a AFP enxergou relevância nesse pedido devido a potencialização de conhecimento sobre essas áreas com finalidade de monitoramento, juntamente com a importância de cada vez mais vigorar a fase da colheita (AFP, 2019).

As atividades produtivas que fortalecem a cultura Mëbêngôkre, mantendo a floresta preservada, são de suma importância, e precisam estar conciliadas com o monitoramento e

proteção territorial. Logo, toda e qualquer atuação nas TIK deve ser planejada e estruturada visando a interrelação entre essas atividades, objetivando a criação de novas possibilidades sustentáveis de renda para o povo Kayapó, sem que eles precisem abandonar suas tradições e costumes (AFP, 2019).

A importância da estruturação da cadeia produtiva da castanha é a de que o extrativismo de castanha acontece na região amazônica há muitos anos, consequentemente dentro da TIK. O problema é que boa parte dessa produção era vendida por preços baixíssimos, para atravessadores que abastecem o mercado nas regiões Sul e Sudeste do país. Essa herança dentro da cadeia produtiva trouxe diversas consequências prejudiciais ao povo indígena da região. Em decorrência dessa realidade, surge a CooBâ-Y, produto da organização dos Kayapó com o apoio da AFP, objetivando principalmente sanar os problemas citados, planejando, organizando e estruturando o nível organizacional da cadeia produtiva da Castanha-do-Pará (AFP, 2019).

Como a castanha é um produto já consolidado no mercado de consumo, do ponto de vista econômico sua cadeia produtiva se mostrou viável, o processo de compra foi efetuado com sucesso, pois houve absorção da produção pela cooperativa e geração de renda para os Kayapó. Contudo, existem outras implicações positivas que transcendem os aspectos econômicos, que são evidentes sob perspectivas sociais e ambientais, evidenciando a sustentabilidade da atividade dentro da TIK. Também é importante apontar como resultados adjacentes de grande relevância, o monitoramento territorial, a conservação ambiental, o fortalecimento do modo de vida e a autonomia do povo Kayapó (AFP, 2019).

Como o processo de compra da castanha provoca maiores fluxos de pessoas circulando nas principais vias de entrada e saída das TIK, acaba-se gerando uma ferramenta para o monitoramento territorial, que é realizado principalmente pelos próprios Kayapó, e esse protagonismo acaba gerando um processo de defesa territorial além de vínculos protecionistas que os Kayapó criam com sua terra. A coibição da entrada de terceiros sem autorização, podendo eles serem pescadores, caçadores ou garimpeiros fica mais eficiente (AFP, 2019).

Outro aspecto que contribui para a diminuição de riscos que relacionem a entrada de pessoas não autorizadas na TIK, é a presença dos técnicos da cooperativa CooBâ-Y. Os técnicos ocupam espaços que antes eram preenchidos por atravessadores, que adentravam na terra indígena para comprar castanha, mas também praticavam caça e pesca ilegais (AFP, 2019).

O extrativismo neste caso pode ser posicionado como ferramenta de valorização da cultura Kayapó e manutenção de suas terras, por meio do extrativismo que ocorre nas TIK, há uma valorização dos ecossistemas que as produzem, estimulando sua conservação e gerando renda direta e serviços ambientais. Esses serviços ambientais geram equilíbrios naturais como no ciclo hidrológico local e de todo país, através da formação dos “rios voadores”, conservação da biodiversidade e proteção do solo com a manutenção de sua cobertura vegetal (AFP, 2019).

No que concerne ao resguardo das tradições Kayapó sobre o ato de coleta da castanha, o conhecimento é repassado de geração em geração. As novas gerações, por meio das dinâmicas de viagens e acampamentos, são ensinadas pelos mais velhos os aspectos ligados à acontecimentos corriqueiros (como a escolha da melhor madeira ou cipó para amarração de barcos), e a fatores mais cruciais (a prática de caça, pesca, identificação de plantas medicinais, orientação dentro da floresta) garantindo assim a reprodução milenar da sabedoria indígena (AFP, 2019).

5. Considerações finais: o desenvolvimento perpassa pelos agentes do território

A economia na região amazônica se caracteriza por conter singularidades que são relacionadas a cada localidade. Essa diversidade é oriunda principalmente pela organização

espacial de povos tradicionais, cooperativas locais e associações que executam seus trabalhos com foco em produtos florestais não madeireiros, sendo os principais o açaí e a castanha do Pará. O fortalecimento de atividades econômicas que tenham uma matriz produtiva de cunho extrativista, com produtos florestais não madeireiros, é de fundamental importância para cooperação de projetos econômicos que possam dialogar com as atividades econômicas tradicionais existentes nesses territórios, tendo viés de lucratividade e colaborando com a dinâmica de valorização da biodiversidade, explorando as dimensões do valor, seja em âmbito econômico como tradicionalmente apontamos, mas principalmente na valorização da cultura tradicional das comunidades indígenas, no qual prioriza a floresta em pé e o acúmulo passado de geração à geração do conhecimento do bioma como fonte de conhecimento cultural, medicinal e da dinâmica produtiva.

A formulação de planos representados pelo PAS e PRV para a Amazônia tiveram a influência do estudo de ZEE de Becker e Egler (1996), instrumentalizada pelas noções de desenvolvimento sustentável para o ordenamento territorial georreferenciadas pelas características e especificidades ambientais dos territoriais correlacionadas pela participação popular na designação de ações e projetos para os seus respectivos territórios. Apesar do PAS avançar na concepção do planejamento ao incluir em seus eixos parâmetros como ordenamento territorial pela gestão ambiental, inovação e competitividade sustentável e inclusão social, pouco avançou nos instrumentos operacionais de governança do referido plano, concomitantemente ocorreu o avanço das atividades neoextrativistas oriundas da mineração e avanço de pastagens para pecuária bovina e áreas de produção de soja no Sul e Sudeste do Pará. O Fundo Amazônia pode ser posicionado como uma ação consorciada com os governos Noruega e da Alemanha com o do Brasil como uma das poucas ações que resultou em projetos coibindo às práticas de desmatamento e a escalada do agronegócio e mineração ilegal, favorecendo atividades econômicas em territórios indígenas e comunidades quilombolas na Amazônia. E a proposição do PRV surgiu como uma carta que denunciou as improbidades governamentais realizadas durante o governo Bolsonaro, em um momento de esvaziamento de órgãos de monitoramento e fiscalização do desmatamento, incluindo a paralisia do Fundo Amazônia, buscando retomar pressupostos para o desenvolvimento sustentável alinhado à bioeconomia praticada pelas comunidades tradicionais e indígenas no interior da Amazônia.

Neste sentido este trabalho buscou apresentar as lacunas deixadas pelo planejamento do PAS e PRV como ações orientadas o desenvolvimento territorial na Amazônia, mas que ao resvalaram na instrumentalização das suas ações, seja por ausência de prioridades nas agendas governamentais ou devido à ausência de fundos de financiamento em específico. Por conta disso, é possível compreendermos que o Fundo Amazônia, mesmo sendo uma iniciativa oriundo da cooperação supranacional entre países europeus com o Brasil, avançou em uma agenda que permitiu implementar projetos nos territórios combinados com atribuídos invocados no PAS, como a participação popular nos processos deliberativos de ordenamento territorial, como no caso da Cooperativa Coobâ-Y.

A dinâmica da cadeia produtiva da castanha do Pará, praticada pela Coobâ-Y utiliza o uso eficiente de recursos da floresta e focaliza na diminuição de processos referentes ao desmatamento, utilizando formas tradicionais no processo de colheita da castanha. A operação gera ganhos no que diz respeito ao fortalecimento de atividades extrativistas de fontes não renováveis, redução de impacto ambiental e social, elevando a segurança alimentar das populações para além das comunidades indígenas, que estão ligadas a produção de castanha e consolidação da criação de produtos mais competitivos oriundos de povos indígenas tradicionais.

A continuação da cadeia produtiva da Castanha-do-Pará gerenciada pela Coobâ-Y é fundamental para a garantia do povo Kayapó continue vivendo da floresta, assim como seus antepassados o faziam, e também se sintam valorizados através de uma justa remuneração de seus trabalhos oriundos de uma atividade autônoma e sustentável. De maneira geral, o processo de compra de castanha na Cachoeira e Rio Xingu, realizado pela Coobâ-Y, cumpre seu papel

configurando-se como uma experiência bem-sucedida, produzindo importantes implicações econômicas, ambientais e sociais, evidenciando que seus valores estão vinculados com os pilares tradicionais das comunidades indígenas para a atividade sustentável.

Referências

AFP – ASSOCIAÇÃO FLORESTA PROTEGIDA. **Relatório Trimestral de Atividades (Setembro-Dezembro/2018) e Balanço de Gestão Coobã-Y**. Tucumã-PA, 2019. Mimeografado.

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. **Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico econômico pelos Estados da Amazônia Legal**. LAGET/UFRJ Laboratório de Gestão do Território. SAE e MMA, Maio de 1996.

BNDES. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES. Relatório Anual Fundo Amazônia 2019**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/19941?&locale=pt_BR

BRASIL. MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília. Agosto, 2005.

BRASIL-MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável**. Brasília: BRASIL/MI/MMA, 2008. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/225/arquivos/1_plano_amaznia_sustentvel_225.pdf

CARLEIAL, Liana; CRUZ, Bruno de Oliveira. **A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo**. Brasília, DF: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n.1.729).

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL. **Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal**, 2021.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, 7, n. 1, p. 91-122, 2008.

MONTEIRO, MAURILIO. Capacidades endógenas, trajetórias tecnológicas e planos corporativos. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 21, p. e022013-35, 2022.

PORTUGAL, R. ; SILVA, S. A. . **História das Políticas Regionais no Brasil**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

2. ed. São Paulo: Edusp, 2008[1979].

SILVA, Harley; NETO, Raul S. Ventura; FOLHES, Gabriel Pisa; COSTA, Francisco de Assis; FOLHES, Ricardo T.; Fernandes, Danilo. **Biodiversidade e economia urbana na Amazônia**. (Nota de Política Econômica nº 026. MADE/USP), 2022.